

OS CONSELHOS ESCOLARES EM PAÍSES DO MERCOSUL: UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

*Kaori Aparecida Aoyama*¹ e *Andréia Vicência Vitor Alves*²

Resumo

Os Conselhos Escolares se constituem em um mecanismo de gestão coletiva, sendo considerado um importante espaço para a participação das comunidades escolar e local no âmbito da educação. Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa delimitada na pesquisa bibliográfica, com o objetivo de apurar as produções científicas acerca dos Conselhos escolares no marco normativo do Brasil, Chile e Uruguai. Para essa investigação, foi realizado levantamento e análise de produções científicas nos seguintes repositórios: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO), *Red de Repositorios de Acceso Abierto de la Ciencia (La Referencia)* e *Red de Revistas Científicas de la América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc)*, chegando a conclusão de que existe um grande quantitativo de produções brasileiras sobre os Conselhos Escolares, localizadas com predominância nos repositórios pesquisados. Diferentemente, o Chile e o Uruguai possuem uma escassa produção sobre esses colegiados. Os trabalhos selecionados tratam de modo geral sobre a constituição e o funcionamento dos Conselhos Escolares. No que diz respeito à produção sobre o Chile e o Uruguai, com exceção de uma pesquisa comparada do Uruguai e Brasil, os textos chilenos não se debruçam sobre a normatização do órgão colegiado. Com isso, percebe-se que não há um estudo comparado dos conselhos entre esses três países pesquisados, o que denota a relevância científica de estudá-los nesses Estados.

Palavras-chave: Conselho escolar; Brasil; Chile; Uruguai.

SCHOOL COUNCILS IN MERCOSUR COUNTRIES: A LITERATURE REVIEW

Abstract

School Councils serve as a mechanism for collective governance and are regarded as an important forum for the participation of school and local communities in the field of education. This study employs a qualitative approach centred on a literature review, with the aim of examining the academic literature on School Councils within the regulatory frameworks of Brazil, Chile and

¹Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas e Gestão da Educação (GEPGE). Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: kaori.aoyama15@gmail.com

²Doutora com Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: andreiaalves@ufgd.edu.br



Uruguay. For this research, a survey and analysis of scientific publications was carried out in the following repositories: Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Network of Open Access Science Repositories (La Referencia) and Network of Scientific Journals of Latin America and the Caribbean, Spain and Portugal (Redalyc). It was concluded that there is a large volume of Brazilian publications on School Councils, predominantly found in the repositories searched. In contrast, Chile and Uruguay have very little output on these collegiate bodies. The selected works generally deal with the constitution and functioning of the CE. With regard to the literature on Chile and Uruguay, with the exception of a comparative study of Uruguay and Brazil, the Chilean texts do not focus on the regulation of the collegiate body. Consequently, it is evident that there is no comparative study of the councils among these three countries surveyed, which highlights the scientific relevance of studying them in these states.

Keywords: School board; Brazil; Chile; Uruguay.

LOS CONSEJOS ESCOLARES EN LOS PAÍSES DEL MERCOSUR: UN LEVANTAMIENTO BIBLIOGRÁFICO

Resumen

Los Consejos Escolares se constituyen en un mecanismo de gestión colectiva, siendo considerados como un importante espacio para la participación de las comunidades escolar y local en el ámbito de la educación. Este estudio utiliza un enfoque cualitativo delimitado en la investigación bibliográfica, con el objetivo de esclarecer las producciones científicas acerca de los Consejos Escolares en el marco normativo de Brasil, Chile y Uruguay. Para esta investigación, se realizó un levantamiento y análisis de producciones científicas en los siguientes repositorios: Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Red de Repositorios de Acceso Abierto de la Ciencia (La Referencia) y Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc), llegando a la conclusión de que existe una gran cantidad de producciones brasileñas sobre los Consejos Escolares, localizadas con predominancia en los repositorios investigados. Diferentemente, Chile y Uruguay tienen una escasa producción sobre esos colegiados. Los trabajos seleccionados tratan de modo general sobre la constitución y el funcionamiento de los Consejos Escolares. En lo que respecta a la producción sobre Chile y Uruguay, con excepción de una investigación comparada entre Uruguay y Brasil, los textos chilenos no se centran en la normatización del órgano colegiado. Con esto, se percibe que no hay un estudio comparado de los consejos entre estos tres países investigados, lo que denota la relevancia científica de estudiarlos en estos Estados.

Palabras clave: Consejo escolar; Brasil; Chile; Uruguay.



1. Introdução

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) constitui-se em um Bloco Regional criado em 1991 por meio da assinatura do Tratado de Assunção¹, com o objetivo de estreitar relações econômicas, comerciais e de investimento entre os países que o integram, por intermédio de um mercado internacional. Apresenta como países parte Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia (recém incluída como Estado Parte, em 2024) e Venezuela (suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do Mercosul); e como países associados Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana, Panamá e Suriname.

A integração em Bloco Regional possibilita "[...] o fortalecimento dos espaços regionais em face do cenário global", tendo em vista a adoção de iniciativas em conjunto para a melhoria da condição "[...] em que se encontram economicamente na região e no sistema internacional", sendo uma importante organização de cooperação que pode fortalecer os países frente ao mundo globalizado, regionalizando seus sistemas político, econômico, social e cultural (Souza, 2017, p.89).

Para o Mercosul, o direito à educação é um dos componentes importantes para alcançar seu objetivo de integrar regionalmente seus países membros. As discussões em torno da educação ganharam espaço nesse Bloco, com a criação do Setor Educacional do Mercosul (SEM), que coordena

[...] políticas educacionais dos países membros, mediante a regulamentação dos Planos de Ação, instrumentos que objetivam garantir, pelas definições de estratégias e metas, um espaço educacional integrado (Souza, 2017, p.20).

Desta feita, tais ações podem influenciar as políticas educacionais de seus países membros, inclusive a instituição de conselhos de educação como o Conselho Escolar (CE), que se constitui em órgão colegiado que propicia um espaço de participação representativa dos segmentos dos familiares e responsáveis, funcionários, professores, a direção e comunidade escolar para a tomada de decisões e para o "[...] acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas" (Fernandes, 1998, p.90), para a qualificação da educação.

Conforme Alves (2025), os CEs podem proporcionar a edificação de um espaço de formação cidadã e uma educação de acordo com os anseios dos seus usuários diretos e indiretos, uma vez que se configuram como importantes ambientes de participação das comunidades escolar e local, podendo ser vistos como elo entre o Estado e a comunidade, que se articulam em prol da efetivação do direito à educação. Portanto, investigar se e como a literatura educacional

¹O Tratado de Assunção consiste em um acordo entre os países membros, que por meio da integração, visam um progresso no "desenvolvimento econômico com justiça social" (Mercosul, 1991).

vem apresentando os CEs no marco normativo dos países desse bloco se torna relevante.

Deste modo, a realização da pesquisa bibliográfica é um dos primeiros passos para esta compreensão, por demonstrar o que se tem discutido no âmbito acadêmico sobre esta temática, o que pode corroborar no entendimento concernente a esses Conselhos nos países signatários do referido Bloco regional, com especial atenção ao Brasil, Chile e Uruguai. Assim, o objetivo dessa pesquisa consistiu em apurar as produções científicas acerca dos CE no marco normativo desses países.

Para tanto, a escolha desses países se deu por conta de este estudo ser parte da pesquisa em rede multilateral "Análise comparada das políticas educacionais nacionais em países do Mercado Comum do Sul (Mercosul): contextos, gestão, formação de professores e direito à educação", financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tem contribuído para o entendimento de como funcionam os sistemas de educação dos países do Mercosul (Brasil, Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai), atentando para as influências, similaridades e diferenças entre eles no que concerne à gestão educacional.

Somado a isso, também destaca-se algumas particularidades dos países escolhidos, como sua organização política e administrativa. O Brasil é um país federalista¹ com um sistema de ensino descentralizado nas instâncias federal, estadual e municipal, organizado por meio de um regime de colaboração entre essas esferas (Oliveira e Sousa, 2010).

O Brasil dispõe de uma extensão territorial de 8.516.000 km², sendo dividido em 26 estados e um distrito federal, contendo 5.570 municípios², com uma população estimada em 212.600.000 habitantes, em que a língua falada é o Português. É situado na América do Sul, limitado pela Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela, ao norte; pela Colômbia a noroeste; com o Uruguai, ao sul; pela Argentina e o Paraguai, ao sudeste; ao leste limitado pelo Oceano Atlântico e a oeste pela Bolívia e o Peru. Atualmente, seu presidente é Luiz Inácio Lula da Silva, que possui mandato de 2023-2026 (Unesco, 2025a).

O Chile se destaca por ser um dos pioneiros da América do sul a aderir a reforma neoliberal pela reorientação das suas políticas públicas, afetando áreas como a educação, que passa a ser vista como um bem de consumo ao invés de um direito, além de desresponsabilizar o Estado por assegurá-la transferindo essa competência para as famílias (González; Figueroa; Montané, 2021).

O Chile está configurado como uma República presidencialista com regiões e comunas, tendo como língua o Espanhol. O país possui um território

¹ O federalismo do Brasil implica numa organização descentralizada nas esferas federal, estadual e municipal, no qual a União é responsável por todo o território nacional e os cidadãos, e os estados e municípios pela administração de partes específicas desse território e suas respectivas populações (Soares, 2013), devendo haver um regime de colaboração entre essas instâncias no que concerne aos assuntos que tratam das interdependências desses (Abrucio, 2010).

² IBGE. Estrutura territorial. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial.html>. Acesso em 29 jul. 2025.



de 756.102 km², dividido em 16 regiões, com 56 províncias e 346 comunas¹ e uma população estimada de 19.764.800 habitantes. Também é situado na América do Sul e faz fronteira com a Bolívia ao nordeste, com Peru ao norte, com a Argentina à leste, sendo situado à oeste pelo Oceano Pacífico. Seu atual presidente é Gabriel Boric, com mandato no período 2022-2025 (Unesco, 2025b).

E o Uruguai nos chama atenção por, apesar de se constituir enquanto um Estado unitário, este não centraliza as políticas educacionais a cargo somente do governo central, mas busca um movimento democrático contando com a participação de instâncias como a *Administración Nacional de Educación Pública* (ANEP), os *Consejos Directivos Centrales* e a *Universidad de la República* (UdelaR) para a efetivação do direito educacional (Mathias, 2009), e além do Brasil, tem uma tradição de democratização no âmbito da educação.

O Uruguai constitui-se em uma República presidencialista dividida em 19 departamentos, tendo como língua o Espanhol. Possui uma extensão territorial de 176.215 km², apresentando uma população estimada de 3.386.600 habitantes. Também situado na América do Sul, o país é fronteiro da Argentina a oeste, do Brasil ao norte e é limitado ao sul pelo Oceano Atlântico². O atual presidente é Yamandú Orsi, com mandato de 2025-2030 (Unesco, 2025c).

Os países escolhidos se constituem enquanto uma república democrática, conforme suas constituições nacionais, mas se diferem quanto à organização do poder político-administrativo conforme salientado. O federalismo³ estabelecido no Brasil é caracterizado pelo poder de governo descentralizado, de modo que a União se responsabiliza pelos cidadãos e o território nacional, enquanto os estados e municípios gerem uma região determinada deste território (Soares, 2013).

Por outro lado, o Chile e o Uruguai se organizam enquanto Estados unitários, definidos por apresentarem um poder centralizado em um governo que administra todo o território nacional, cabendo às subunidades nacionais uma submissão ao governo central (Soares, 2013). Desta forma, não há uma autonomia em governos locais como no caso do federalismo, e a principal diferença entre essas organizações política-administrativa é a centralização e descentralização do poder de governo. E, desta feita, busca-se compreender, por meio da pesquisa bibliográfica, como o Brasil, país federalista, de tradição democrática; o Chile, país unitário, de tradição neoliberal; e o Uruguai, país

¹ Chile. *Administrative division*. <https://www.chile.gob.cl/chile/sobre-chile/asi-es-chile/organizacion-territorial/organizacion-territorial>. Acesso em 29 jul. 2025.

² USP. Portal contemporâneo da América Latina e Caribe. País Uruguai. <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/uruguai>. Acesso em 29 jul. 2025.

³ O federalismo do Brasil implica numa organização descentralizada nas esferas federal, estadual e municipal, no qual a União é responsável por todo o território nacional e os cidadãos, e os estados e municípios pela administração de partes específicas desse território e suas respectivas populações (Soares, 2013), devendo haver um regime de colaboração entre essas instâncias no que concerne aos assuntos que tratam das interdependências desses (Abrucio, 2010).

unitário, de tradição democrática, tem apresentado os CEs em sua normatização educacional.

Assim, a metodologia adotada compreende uma abordagem qualitativa, devido a profundidade que proporciona para o entendimento da temática, bem como na realização da revisão bibliográfica que possibilita um acesso a vários bancos de dados e as produções científicas referentes ao objeto de estudo, dando uma dimensão sobre o que tem sido investigado acerca dessa temática.

A relevância do levantamento bibliográfico se deve por propiciar a organização de um mapeamento e uma análise das produções científicas sobre o supracitado tema.

O trabalho está organizado apresentando primeiramente a metodologia adotada para a realização da pesquisa; na sequência, há uma análise do levantamento bibliográfico e, por fim, as considerações finais do trabalho.

2. Metodologia

A pesquisa qualitativa consiste em uma abordagem que visa romper com a mera categorização estatística, possibilitando desvelar aquilo que é subjetivo ao considerar diversas realidades, a multiplicidade de atores e situações, voltada para a compreensão dos significados atribuídos ao fenômeno de investigação (Groulx, 2008).

No mesmo sentido, para Sampieri, Lúcio e Collado (2013), tal pesquisa proporciona um aprofundamento sobre o fenômeno, pela amplitude interpretativa acerca do objeto de estudo e pelo desenvolvimento e/ou melhora da hipótese conforme a coleta dos dados. Na perspectiva dos autores, o enfoque qualitativo se caracteriza pela formulação do problema (que pode ser reformulado ao longo da pesquisa), utiliza um processo indutivo para a descrição e exploração do fenômeno para, posteriormente, criar perspectivas teóricas.

Nessa pesquisa, as hipóteses são construídas em conformidade com a obtenção dos dados; de modo que a coleta de dados não é padronizada, já que há uma busca por compreender pontos de vista e perspectivas dos sujeitos; utiliza diversas técnicas para a coleta de dados como revisão de documentos, interação, entrevistas abertas, dentre outros; baseia-se na interpretação focalizada no entendimento dos significados do fenômeno; define-se a realidade conforme a interpretação dos sujeitos do seu próprio meio; dentre outras características (Sampieri, Lúcio e Collado, 2013).

Esta abordagem proporciona uma compreensão do que tem interessado os pesquisadores na investigação acerca dos CEs, bem como o que as produções científicas vêm abordando sobre as políticas educacionais e demais normatizações referentes a esse mecanismo de gestão.

O estudo está delimitado na pesquisa bibliográfica, que consiste em uma produção científica de cunho qualitativo, que recorre às fontes secundárias como artigos científicos, capítulos de livros, enciclopédias, livros, que já receberam algum tratamento científico. A vantagem dessa pesquisa se dá por promover um

acesso amplo do que se tem produzido sobre a temática de interesse, sem que o pesquisador precise se deslocar até as regiões determinadas para coletar os dados (Sá Silva; Almeida e Guindani, 2009; Gil, 2002).

De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p.57), a pesquisa bibliográfica possui oito fases, sendo elas: a escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação e redação. Segundo as autoras, a escolha do tema envolve fatores internos e externos, englobando desde um interesse pessoal até a existência de produções válidas em um número considerável para a realização do estudo. Nessa fase, o tema é delimitado no sentido do que se deseja conhecer ou melhor apreender sobre o objeto e sujeito de estudo¹ (Lakatos e Marconi, 2017).

A elaboração do plano de trabalho funciona como uma estrutura de um trabalho científico, contendo introdução, desenvolvimento e conclusão, abrangendo a formulação do problema, uma fundamentação lógica do que se pretende realizar e uma síntese do que será desenvolvido (Lakatos e Marconi, 2017). Essas duas primeiras fases foram contempladas na introdução desta pesquisa, em que é justificado e especificado o tema; é explicitado o objetivo deste estudo; a metodologia para alcançar este objetivo; e uma síntese da organização do trabalho.

A terceira fase, identificação, corresponde à verificação da pertinência do assunto do tema de investigação. Para isso, foi realizado um levantamento em bancos de dados, para observar o que já foi abordado sobre a temática (Lakatos e Marconi, 2017). Como a presente pesquisa envolve o conhecimento de outros países, a escolha dos repositórios é justificada pela amplitude de busca que não se limita apenas ao Brasil. Desse modo foram selecionados: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), o *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, a *Red de Repositorios de Acceso Abierto de la Ciencia (LA Referencia)* e a *Red de Revistas Científicas de la América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc)*.

A quarta fase, localização, diz respeito à situação, onde o material bibliográfico se encontra. Por sua vez, grande parte do material levantado foi localizado em repositórios digitais. A quinta fase, compilação, foi a sistematização das produções científicas que se aproximam da temática investigada. A sexta fase, fichamento, corresponde a coleta de informações acerca dos trabalhos sistematizados e "esse trabalho possibilita uma seleção constante da documentação e do seu ordenamento" (Lakatos e Marconi, 2017, p.61).

Por fim, as duas últimas etapas, a análise e interpretação, envolve a validação do material científico, dividida pelas autoras supracitadas em crítica externa, que diz respeito a autenticidade do texto; e crítica interna, que corresponde à relevância do conteúdo abordado do texto. A redação, por sua vez, varia segundo o tipo de trabalho científico que se almeja construir (Lakatos

¹ Tema "Organização do trabalho: o sujeito é o trabalho; o objeto é a organização" (Lakatos e Marconi, 2017, p.58).

e Marconi, 2017). Nesse caso, a redação se faz pela própria composição da pesquisa bibliográfica, ao contemplar as demais fases com um rigor científico no tratamento dos dados, conforme descrito acima. No próximo tópico há a exposição dos resultados encontrados.

3. Resultados e discussões

Esta seção aborda da terceira fase a diante da pesquisa bibliográfica, explanada anteriormente. Dessa forma, para o levantamento foram elencados os repositórios BDTD, SciELO, LA Referencia e Redalyc, por serem sites confiáveis que dão a amplitude de busca a nível nacional e internacional das produções científicas.

Na realização da pesquisa, utilizou-se os seguintes descritores: conselho escolar, colegiado escolar, *consejo escolar*, *consejo de participación*, países do Mercosul, Brasil, Chile e Uruguai, que foram combinados com os operadores booleanos OR e AND da seguinte forma: "conselho escolar" OR "*consejo escolar*" AND "países do Mercosul"; "conselho escolar" OR "*consejo escolar*" AND "Brasil" AND "Chile" AND "Uruguai"; "conselho escolar" OR "colegiado escolar" AND "Brasil"; "*consejo escolar*" AND "Chile"; "*consejo de participación*" AND "Uruguai". Cabe destacar que essa variação do termo ora conselho, ora colegiado, ora *consejo*, se deve a forma em que eles constam nas normatizações dos países da busca. Todavia, apesar dessa variação, nesse estudo, foi utilizada a terminologia CE.

O critério de inclusão eleito consistiu nos trabalhos que abordam programas e legislações referentes aos CEs; e o de exclusão, foram das pesquisas que se voltavam para a participação dos conselheiros ou para a implementação e funcionamento desses Conselhos. O recorte temporal é de 1996 a 2023, decorrente da instituição dos Conselhos Escolares como princípio da gestão democrática da educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil; e até 2023, devido a alteração dessa Lei por meio da Lei 14.644, aprovada no referido ano, que instituiu os Fóruns dos Conselhos Escolares para fortalecer os referidos Conselhos existentes.

Com essas definições, foi realizado o levantamento nos dias 23 a 26 de setembro de 2025. Primeiramente, a busca ocorreu de modo amplo com a configuração "conselho escolar" AND "países do Mercosul" e não houve nenhum resultado nos repositórios elencados. Prosseguiu-se para uma busca específica, utilizando as combinações dos descritores com os supracitados operadores booleanos, que culminou no quantitativo, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Quantitativo dos trabalhos localizados sem aplicação de filtro.

Repositórios	BDTD	SciELO	LA Referencia	Redalyc	Total
Quantidade de trabalhos	155	24	188	501	868

Fonte: elaborado pelas autoras.



Na reflexão sobre esses achados, observou-se que apesar do número significativo de trabalhos encontrados nos repositórios, a maioria deles não converge com a presente temática, pois se debruça em assuntos voltados para a gestão democrática ou gerencial, para o papel dos dirigentes escolares e demais conselhos como de alimentação, de saúde, psicologia, dentre outros.

A análise geral desse levantamento também demonstrou que mais da metade das produções identificadas são brasileiras, como pode-se perceber no Quadro 2.

Quadro 2 - Relação do quantitativo encontrado com as produções brasileiras.

Repositórios	BDTD	SciELO	LA Referencia	Redalyc
Quantidade de trabalhos	155	24	188	501
Quantidade de produções brasileiras	155	24	153	284

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em síntese, os repositórios internacionais apresentaram tanto produções brasileiras quanto chilenas, enquanto sobre os CEs do Uruguai apenas um único estudo foi identificado.

A escolha das produções, que mais se alinhavam ao objetivo desta pesquisa, envolveu a sistematização da leitura dos títulos, palavras-chave, resumos e sumários, tendo como base os critérios de inclusão e exclusão. Portanto, foram elencados doze trabalhos no total, como pode ser visualizado no Quadro 3.

Quadro 3 - Resultado dos trabalhos após a aplicação dos filtros.

Repositórios	BDTD	SciELO	LA Referencia	Redalyc	Total
Quantidade de trabalhos excluídos	155	24	188	501	856
Quantidade de produções selecionadas	5	0	4	3	12

Fonte: elaborado pelas autoras.

Não foi selecionada nenhuma pesquisa do SciELO, pois ou discorriam sobre demais conselhos salientados na análise geral do levantamento ou se encaixavam no critério de exclusão supracitado.

As pesquisas da BDTD selecionadas são todas dissertações brasileiras, como listado no Quadro 4.

Quadro 4 - Identificação dos trabalhos da BDTD.

Autores	Título da pesquisa	Instituição	Ano
Marcus Vinicius Conceição	Constituição e função do conselho escolar na gestão democrática	Universidade Federal De Santa Maria (UFSM)	2007
Liane Bernardi Helo	Política de conselhos escolares: trajetórias de efetivação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2007
Andréia Vicência Vitor Alves	Fortalecimento de Conselhos Escolares: propostas e práticas em municípios sul-mato-grossenses	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	2010
Maria Isabel Ribeiro Porto	Programa de fortalecimento dos conselhos escolares: fortalecimento de quem	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2014
Evaldo Eliezer Silva	A questão dos conselhos escolares da escola pública brasileira	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	2020

Fonte: elaborado pelas autoras.

As discussões dessas produções abarcam a definição e o funcionamento dos CE no Brasil, focadas em compreender as políticas educacionais referentes a esse organismo, verificando a sua relação com gestão democrática da educação. A investigação de Conceição (2007, p.7) utilizou uma abordagem qualitativa delimitada nas pesquisas bibliográfica e empírica, para compreender o papel dos CEs na consagração da gestão democrática em “[...] duas escolas Estaduais do município de Santa Maria”.

Conceição (2007) analisou que ações esse órgão colegiado desempenha para a melhoria da qualidade escolar. Em conclusão, ele apontou contradições entre a definição, implementação e funcionamento dos CEs que não coincide com o que está transcrito nas legislações. Conceição (2007) também destaca a centralidade das decisões associadas a figuras administrativas ou demais membros da escola, que representaram um entrave na caracterização democrática do conselho. A relevância da pesquisa desse autor se faz por demonstrar como os CEs são entendidos nas legislações, de modo que, mesmo

que sua consagração seja divergente do que está determinado, este órgão colegiado possibilita um caminho para a gestão democrática.

A pesquisa de Helo (2007) objetivou analisar a efetivação dos Conselhos Escolares de algumas escolas estaduais e municipais, pertencentes a uma mesma região em Porto Alegre, lançando mão de uma abordagem qualitativa delineada na pesquisa empírica e documental. Nas considerações finais, a autora salienta que apesar da constituição dos Conselhos conter aspectos democráticos, a participação estava atrelada a figura do dirigente escolar para mobilizar a participação dos demais nas reuniões.

Também é salientado por Helo (2007) que uma das escolas tinha o Conselho controlado pelo diretor que seguia ordens demandadas pela Secretaria de Educação. Ademais, este trabalho elucidou a falta de espaços para discussões e diálogo entre os representantes e os representados. Concluindo, Helo (2007) pondera que os CEs não foram desenvolvidos para além do que consta nas legislações. Esta pesquisa contribui com a explanação da gestão democrática e com a análise dos conceitos cidadania, democracia e participação, sendo elementos presentes tanto na gestão educacional como nos referidos Conselhos.

O trabalho de Alves (2010, p.6) teve como objetivo analisar “[...] a relação entre iniciativas locais, apoio técnico específico da União a Conselhos Escolares e ganhos obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)”. Para isso, a autora utilizou as pesquisas qualitativa, empírica e documental, em que investigou no estado de Mato Grosso do Sul dez redes de ensino municipais. Em conclusão, a autora discorre que

[...] o fortalecimento dos Conselhos Escolares não está entre as maiores preocupações das redes escolares municipais da amostra, uma vez que a partir do ano de 2005 elas são basicamente a melhoria do Ideb e a formação de professores (Alves, 2010, p.6).

Esta dissertação corrobora com um conhecimento sobre a política de fortalecimento dos CEs, dando um vislumbre concernente a se municípios sul-mato-grossenses vem colocando em prática o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, como também destaca a existência de distintas formas de gestão (compartilhada, democráticas, gerenciais) e de participação, que estão detalhadamente explicadas e caracterizadas pela autora, e que, por esses Conselhos serem mecanismos de gestão educacional, há possibilidade dos mesmos servirem as supramencionadas formas de gestão.

A investigação de Porto (2014) buscou compreender como a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, no Brasil contribuiria para a formação de conselheiros e o fortalecimento dos seus membros, especialmente dos pais e responsáveis. Para isso, a autora realizou uma pesquisas qualitativa, bibliográfica e documental.

Na análise do material levantado, Porto (2014) aponta algumas dificuldades na implementação do referido Programa, como o distanciamento do CE com a gestão democrática, a oferta de cursos restritos para os profissionais

da educação e o conteúdo do material disponibilizado que demonstrou um conhecimento insuficiente para os conselheiros e que não convergem com a realidade escolar. A relevância da pesquisa de Porto (2014) contribui para o entendimento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares no tocante à formação e participação dos conselheiros escolares, entendendo como se dá essa capacitação.

Por fim, o último estudo elencado da BDTD, a dissertação de Silva (2020), recorreu a uma abordagem qualitativa e um levantamento bibliográfico para compreender a percepção e conhecimento dos conselheiros escolares sobre suas funções no colegiado. Nas considerações finais, Silva (2020, p.5) inferiu que a participação dos conselheiros não era efetiva, pois além da falta de conhecimento clara sobre suas atribuições, eles necessitavam “[...] do *ethos* de participação político-social”. A contribuição deste trabalho é percebida na exposição da política educacional brasileira, com vistas à participação da comunidade escolar, em que o autor explorou as conjunturas conceituais e históricas sobre o CE no Brasil.

As produções elencadas do La Referencia são três artigos chilenos (de Zamora (2011; 2014) e Lozano (2016)) e uma dissertação (de Félix (2019), que realizou um estudo comparado do Brasil e Uruguai), conforme segue no Quadro 5.

Quadro 5 - Identificação dos trabalhos do LA Referencia.

Autores	Título da pesquisa	Revista/Encontro/ instituição	Ano
Graciela del Carmen Muñoz Zamora	<i>Representación simbólica de los consejos escolares como estrategia para democratizar la cultura escolar: una lectura interpretativa desde la voz de los sujetos Sociales.</i>	<i>Estudios pedagógicos</i>	2011
Graciela del Carmen Muñoz Zamora	<i>Experiencia de los Consejos escolares en Chile: una posibilidad para reconstruir lo público en las escuelas y liceos</i>	<i>I Encuentro internacional de educación: Espacios de investigación y divulgación</i>	2014
Cláudio Lozano	El consejo escolar del Instituto Nacional (José Miguel Carrera) desde una perspectiva de deliberación curricular.	<i>Estudios pedagógicos</i>	2016
Lúcia Fernanda Ramires Félix	Participação na gestão da escola pública: uma análise comparada Brasil-Uruguai	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2019

Fonte: elaborado pelas autoras.

Tais trabalhos demonstram a concepção dos CEs nas realidades chilena e uruguaia, em que os autores de modo geral apontam a reinterpretação de alguns conceitos que compõem o conselho, distanciando-no de um espaço de deliberação e participação coletiva que compete para uma gestão e o exercício democrático.

O artigo de Zamora (2011) se apoiou na abordagem qualitativa para analisar a pendência da democratização da cultura escolar no Chile, focada na construção de significados participativos no CE, com uma perspectiva política. Em conclusão, a autora destaca a existência de duas significações: a macropolítica, realizada pela imposição dos significados aos conceitos de participação e democracia; e a micropolítica, que entende que os significados são construídos pelos sujeitos na medida que interagem entre si.

Em reflexão, neste estudo, Zamora (2011) pontuou que tais perspectivas podem tanto propiciar quanto ser uma barreira para a democratização escolar. Este trabalho agrega um conhecimento de como o CE é percebido na realidade chilena e como alguns conceitos, mesmo que de cunho democrático, podem apresentar significados distintos na constituição dos conselhos.

Já a produção de Zamora (2014) também utiliza a pesquisa qualitativa, mas com o objetivo de entender como ocorre a participação nos CEs chilenos. A autora infere que há uma participação com característica informativa e consultiva, considerada insuficiente, pois os conselheiros são submissos às ações do dirigente escolar. Para Zamora (2014), os CEs devem romper com a lógica neoliberal, para que tenham mais autonomia, em especial para a deliberação e organização da escola por seus próprios usuários.

A contribuição desse estudo se dá por demonstrar a influência neoliberal presente na composição do CE chileno, uma vez que mesmo que se propicie a participação dos vários segmentos escolares, esta é relativa, comportando pouca interferência na gestão escolar. O artigo de Lozano (2016) se apoia na mesma abordagem que Zamora (2011;2014) para investigar o CE do instituto José Miguel Carrera do Chile, que apresentou a particularidade de ter a participação do Conselho na construção curricular.

Lozano (2016) buscou entender como funcionaria essa participação, pois representa um passo para a democracia ao promover o diálogo e a deliberação para essa construção coletiva. Nas considerações finais, Lozano (2016) aponta que há uma deliberação do Conselho estudado, mas indaga se essa atribuição estaria atrelada a interesses políticos visto que é uma política direcionada *desde arriba* e por ter o voto da comunidade restrito no que diz respeito a algumas questões curriculares. Essa produção corrobora ao demonstrar a possibilidade que um CE chileno teria por contribuir na construção curricular.

A dissertação de Félix (2019), denominada A participação na gestão da escola pública: uma análise comparada Brasil-Uruguai, utilizou as pesquisas qualitativa, documental e empírica para analisar comparativamente como ocorre a participação na gestão escolar dos países referidos. Em seus resultados, chama a atenção a comparação das legislações dos Conselhos Escolares brasileiro e dos

Consejos de participación uruguaio, no qual a autora pondera que a normatização do Brasil tem um caráter prescritível e a do Uruguai escrevível, significando que as políticas brasileiras são mais detalhadas sem espaço para reinterpretções; já as do Uruguai apresentaram menos detalhes e dão a possibilidade para atribuir outros sentidos.

O trabalho de Félix (2019) é primoroso por ser a única produção que discorre sobre os referidos Conselhos no Uruguai e por agregar informações relevantes sobre os dois países investigados, contribuindo com uma análise comparada das normatizações que constituem esses Conselhos e sua implementação.

No repositório Redalyc, foram destacados apenas três artigos brasileiros que abordam a referida temática e seguem no Quadro 6.

Quadro 6 - Identificação dos trabalhos do Redalyc.

Autores	Título da pesquisa	Revista/Encontro/ instituição	Ano
Márcia Ângela da Silva Aguiar	Gestão da educação básica e o fortalecimento dos conselhos escolares	Educar em Revista	2008
Arlene Medeiros; Francisca de Fátima Oliveira	Conselho escolar: mecanismo de democratização ou burocratização	Educação Unisinos	2008
Arlindo dos Santos Amaral	Gestão e conselhos escolares: democracia como processo dinâmico e em permanente movimento	Revista Vértices	2017

Fonte: elaborado pelas autoras.

O artigo de Aguiar (2008) buscou, por meio da abordagem qualitativa delineada na pesquisa documental, compreender a estratégia de implementação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, visando verificar os mecanismos utilizados para

[...] gestão democrática na agenda das secretarias de educação e das escolas, bem como o envolvimento dos gestores e conselheiros escolares nos processos de formação promovidos pelo MEC, no período de 2004 a 2006 (Aguiar, 2008, p. 129).

Nas considerações finais, a autora refletiu que o supramencionado Programa propicia a atualização das secretarias quanto a gestão democrática e a participação dos conselheiros e dirigentes nos processos formativos, assim como compreende a composição coletiva dos conselhos e a sua caracterização enquanto um espaço deliberativo, de participação. Da mesma forma que alguns trabalhos da BDTD, o texto de Aguiar (2008) agrega informações pertinentes

sobre o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares atrelado à gestão educacional.

A produção de Medeiros e Oliveira (2008, p. 41) se apoiou na pesquisa qualitativa para verificar a possibilidade do CE se tornar um instrumento burocrático. Em conclusão, as autoras pontuaram que a política educacional em vigência respalda o caráter burocrático e, para que fosse democrático, seria necessário “[...] enfrentar as relações de poder e a falta de diálogo que persistem em nossas escolas, como forma de contrariar o discurso oficial da gestão democrática”. A relevância desse trabalho se deve por demonstrar duas probabilidades para a consagração dos CE como um instrumento de gestão, que nem sempre será democrático, pois pode atender a gestão gerencial.

O último trabalho analisado desse levantamento é o de Amaral (2017), que utilizou uma abordagem qualitativa delimitado na pesquisa documental e no estudo de caso, para investigar a política de gestão democrática da escola pública. Em suas inferências, Amaral (2017, p.6) salienta que “[...] as exigências legais ainda estão distantes de se tornarem realidade”, demonstrando que a efetivação da gestão democrática, implica dentre outros aspectos, na necessidade de os conselheiros escolares terem consciência da importância do seu papel na gestão escolar. A contribuição do texto de Amaral (2017) está na exposição do CE como uma iniciativa de gestão democrática e na comparação do que está previsto na lei com o que de fato acontece.

4. Considerações finais

A realização da pesquisa bibliográfica proporcionou a visualização de um número considerável de produções, o que agregou um conhecimento dos temas que foram discutidos sobre os CEs até o contexto de 2023. Os resultados apresentados da BDTD foram significativos, por discorrerem acerca da definição dos CEs brasileiros, explorando as normativas concernentes a esse órgão colegiado, sua implementação, bem como contemplarem diferentes formas de gestão e participação.

No mesmo sentido, os textos do Redalyc abordaram discussões semelhantes às produções da BDTD, abarcando o conhecimento dos CEs brasileiros, visto como um mecanismo que possibilita a gestão democrática da escola pública. As pesquisas selecionadas do LA Referencia foram relevantes por demonstrarem como os Conselhos são compreendidos segundo o olhar dos próprios investigadores chilenos. Os textos elencados expressam a realidade dos sujeitos e suas concepções sobre a gestão educacional, o funcionamento dos CEs e os obstáculos e questões que precisam ser superados para a efetivação do mesmo. Esse repositório também agregou a pesquisa comparada do Brasil e Uruguai que trouxe informações valiosas, não apenas sobre os conselhos como também dos contextos desses países.

Em suma, ao realizar a pesquisa bibliográfica, notou-se que existe um grande quantitativo de produções brasileiras sobre os CEs, localizadas com predominância nos repositórios pesquisados. Diferentemente, o Chile e o

Uruguai possuem uma escassa produção sobre esses colegiados. Os trabalhos selecionados tratam, de modo geral, sobre a constituição e o funcionamento dos CEs. No que diz respeito à produção sobre o Chile e o Uruguai, com exceção da pesquisa comparada do Uruguai e Brasil, os textos chilenos não se debruçam sobre a normatização do órgão colegiado. Com isso, percebe-se que não há um estudo comparado dos conselhos entre esses três países pesquisados.

Essa investigação evidencia a baixa produção científica sobre os CEs, ressaltando a relevância de investigá-los nesses países e, possivelmente, nos demais que compõem o Mercosul, uma vez que tais conselhos se constituem como mecanismos importantes para a democratização da educação e possibilitam a participação da comunidade escolar na organização da unidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; WAGNER, Santana (Orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010, p. 39-70.

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Gestão da educação básica e o fortalecimento dos conselhos escolares. **Educar em Revista**, Curitiba-PR, n. 31, p. 129-144, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155014216009> . Acesso em: 25 set. 2025.

ALVES, Andréia Vicência Vitor. **Fortalecimento de Conselhos Escolares**: propostas e práticas em municípios sul-mato-grossenses. 2010. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. 2010.

ALVES, Andréia Vicência Vitor. Conselhos Escolares como mecanismos de gestão da educação no marco normativo brasileiro. **InterMeio**: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação - UFMS, n. 31, v. 61, p. 60-76, 2025.

AMARAL, Arlindo dos Santos. Gestão e conselhos escolares: democracia como processo dinâmico e em permanente movimento. **Vértices**, Campos dos Goitacazes, v. 19, n. 3, p. 6, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625768669005/625768669005.pdf> . Acesso em: 25 set. 2025.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinicius. **Constituição e função do conselho escolar na gestão democrática**. 2007. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal De Santa Maria – UFSM. 2007.



FÉLIX, Lúcia Fernanda Ramires. **Participação na gestão da escola pública: uma análise comparada Brasil-Uruguai.** 2019. 106f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2019.

FERNANDES, Mônica Abranches. **Colegiado Escolar: Espaço de participação da comunidade.** 1998. 242f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação – UNICAMP. 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo, Atlas, 2002, p. 176.

GONZÁLES, Emanuel Arredondo; FIGUEROA, Matías Ugarte; MONTANÈ, Matías Muñoz. Tenciones y debates para desmercantilizar la educación en Chile. **Práxis educativa**, Ponta Grossa, v. 16, p.18, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/894/89468047048> . Acesso em: 27 set 2025.

GROULX, Lionel Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa a pesquisa social. In: POUPART, J., et al.. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 95-121. título original: La recherche qualitative.

HELO, Liane Bernardi. **Política de conselhos escolares: trajetórias de efetivação.** 2007. 226f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 2017. **Metodologia científica.** 8ª ed. São Paulo, Atlas, 224 p.

LOZANO, Cláudio. *El consejo escolar del Instituto Nacional (José Miguel Carrera) desde una perspectiva de deliberación curricular.* **Estudios pedagógicos**, Chile, v. XLII, n. 2, p. 207-226, 2016. Disponível em: https://www.lareferencia.info/vufind/Record/CL_38302f95dbec36082d437d2b7cd2cee4 . Acesso em: 25 set. 2025.

MATHIAS, Fabiana Soares. **Um estudo comparativo das trajetórias de afirmação do direito e de universalização da educação obrigatória no Brasil e Uruguai.** 2009. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

MEDEIROS, Arilene; OLIVEIRA, Francisca de Fátima. Conselho escolar: mecanismo de democratização ou burocratização. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 12, n. 1, p. 35-41, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644445005> . Acesso em: 25 set. 2025.

MERCOSUL. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/> . Acesso em: 15 dez. 2025.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SOUSA, Sandra Zákia. Introdução. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades e garantir a diversidade**. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 9-35.

PORTO, Maria Isabel Ribeiro. **Programa de fortalecimento dos conselhos escolares: fortalecimento de quem**. 2014. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013 (capítulo 1).

SILVA, Evaldo Eliezer. **A questão dos conselhos escolares da escola pública brasileira**. 2020. 102f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. 2020.

SOARES, Márcia Miranda. Formas de Estado: Federalismo. Manuscrito. Belo Horizonte: UFMS/DCP, academia.edu, 2013.

SOUZA, Kellcia Rezende. **Direito à educação nos países membros do Mercosul: um estudo comparado**. 2017. 346f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2017.

UNESCO. Brasil – Perfil do País. Buenos Aires: **Sistema de Informação de Tendências Educativas na América Latina**, Brasil, 2025a. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/brasil>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNESCO. Chile – Perfil do País. Buenos Aires: **Sistema de Informação de Tendências Educativas na América Latina**, Chile, 2025b. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/chile>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNESCO. Uruguai – Perfil do País. Buenos Aires: **Sistema de Informação de Tendências Educativas na América Latina**, Uruguai, 2025c. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/uruguay>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ZAMORA, Graciela del Carmen Muñoz. *Representación simbólica de los consejos escolares como estrategia para democratizar la cultura escolar: una lectura interpretativa desde la voz de los sujetos Sociales*. **Estudios**



pedagógicos, Chile, v. XXXVII, n. 1, p. 35-52, 2011. Disponível em:
https://www.lareferencia.info/vufind/Record/CL_1da8fc78e374e374a9beb45387ebc2c9 . Acesso em: 25 set. 2025.

ZAMORA, Graciela del Carmen Muñoz. *Experiencia de los Consejos escolares en Chile: una posibilidad para reconstruir lo público en las escuelas y liceos*. In. **I Encuentro internacional de educación: Espacios de investigación y divulgación**, 2014, Argentina. Facultad de Ciencias Humanas. Disponível em:
<https://ridaa.unicen.edu.ar:8443/server/api/core/bitstreams/625494f9-4eb4-4249-a35b-41f9a13652f3/content> . Acesso em: 25 set. 2025.

Recebido em: 31 de dezembro de 2025.

Aceito em: 15 de maio de 2026.

Publicado em: 27 de maio de 2026.

